

FICHA DE DISCIPLINA

Mestrado Profissional em Justiça Administrativa – PPGJA Faculdade de Direito

DADOS DA DISCIPLINA	
CÓDIGO DA DISCIPLINA:	ESD10332 Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado
CARGA HORÁRIA: 45 horas	NÚMERO DE CRÉDITOS: 3
TIPO DE COMPONENTE:	(X) Disciplina Obrigatória () Disciplina Optativa () Seminário
DOCENTE:	Aluisio Gomes da Silva Junior
EMENTA:	A construção social e histórica do Sistema Único de Saúde no Brasil e sua constituição legal. A gestão do SUS, seus instrumentos regulatórios, mecanismos de decisão. O conflito/tensão entre o arcabouço jurídico-legal do SUS e a relação entre oferta e demanda de assistência em saúde, sob o princípio da universalidade de acesso à saúde. Os micropoderes no cotidiano de administração dos serviços de saúde. Fundamentos filosóficos, sociais, legais, do cuidado em saúde e sua relação com os modelos assistenciais vigentes. A micropolítica e subjetividade na produção do cuidado em saúde. A construção social e histórica do Sistema Único de Saúde no Brasil e sua constituição legal. A gestão do SUS, seus instrumentos regulatórios, mecanismos de decisão. O conflito/tensão entre o arcabouço jurídico-legal do SUS e a relação entre oferta e demanda de assistência em saúde, sob o princípio da universalidade de acesso à saúde. Os micropoderes no cotidiano de administração dos serviços de saúde. Fundamentos filosóficos, sociais, legais, do cuidado em saúde e sua relação com os modelos assistenciais vigentes. A micropolítica e subjetividade na produção do cuidado em saúde.
OBJETIVOS:	Conhecer as políticas de saúde no Brasil e internacionais, Dispor de ferramentas de análise de políticas de saúde, Conhecer e debater a judicialização na saúde no Brasil Conhecer e debater o mercado em saúde e o setor suplementar brasileiro
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:	História das Políticas de Saúde no Brasil. As lógicas do setor Saúde. Constituição de modelos tecnoassistenciais em saúde, Mercado da Saúde. Direito à Saúde. Judicialização da Saúde no Brasil.
METODOLOGIA:	Seminários temáticos, aulas expositivas e dialogadas com seleção de tópicos para discussão.

AVALIAÇÃO:	A avaliação da disciplina será feita pela elaboração de um artigo envolvendo temática relacionada aos conteúdos discutidos na disciplina.
BIBLIOGRAFIA:	<p>ASENSI, F. D.; MUTIZ, P. PINHEIRO, R. (orgs). Direito e saúde – enfoques interdisciplinares. Curitiba: Juruá, 2013</p> <p>ASENSI, Felipe Dutra (Org.) PINHEIRO, Roseni (Org.) . Direito sanitário. 1. ed. Rio de Janeiro:Campus-Elsevier, 2012. v. 1. 604p .</p> <p>ASENSI, Felipe Dutra. Judicialização ou juridicização? As instituições jurídicas e suas estratégias na saúde. Physis- Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 20 [1]: 33-55, 2010</p> <p>CECÍLIO, L. C. O. As necessidades de saúde como conceito estruturante na luta pela integralidade e equidade na atenção em saúde. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (Orgs.). Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde. Rio de Janeiro: IMS-UERJ, 2001, p.113- 126.</p> <p>COHN, A. O estudo das políticas de saúde: implicações e fatos. In: Gastão Wagner de Sousa Campos et al. Tratado de Saúde Coletiva. 2a.edição. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017. p. 219-246.</p> <p>CONILL, E. M. Sistemas Comparados de Saúde. In: CAMPOS, G.W.S. et al. (Orgs.) Tratado de Saúde Coletiva.2a.edição. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2017, p. 563- 613.</p> <p>HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina M. O. O que há de novo? Políticas de saúde pública e Previdência. 1937–1945. In: PANDOLFI, D. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br</p> <p>LOPES, L. M.; ASENSI, F. D.; SILVA JUNIOR, A. G.. A judicialização indireta da saúde: um estudo de caso sobre a experiência de Cachoeiro de Itapemirim/ES. Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 08,N. 1, 2017, p. 285-320. DOI: 10.12957/dep.2017.19801 ISSN: 2179-8966.</p> <p>MOROSINI, M. V. G. C E CORBO, A.D.(Orgs.) Modelos de atenção e a saúde da família..EPSJV/Fiocruz, 2007. p. 27-43.</p> <p>PAIM, JAIRNILSON et al. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. The Lancet, Volume 377, Issue 9779, 1778 – 1797, 2011.</p> <p>PERLINGEIRO, Ricardo. Desjudicializando as Políticas de Saúde? <i>Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife. Volume 86, número 2, jul./dez. 2014</i></p> <p>SILVA JUNIOR, A. G. <i>Modelos tecnoassistenciais em saúde: o debate no campo da saúde coletiva.</i> São Paulo: Hucitec, 2006.</p> <p>SILVA JUNIOR, A G. E ALVES, C.A.; Modelos Assistenciais em Saúde: desafios e perspectivas. In: SILVA JUNIOR, A. G. Modelos tecnoassistenciais em saúde: o debate no</p>

campo da saúde coletiva. São Paulo: Hucitec, 2a ed. 2006 .

SILVA JUNIOR, A. G., CONSTANCIO, T. I., WERNECK, T. E. M.,
NASCIMENTO-SILVA, MANTINI, C. Tensões delimitadoras da Integralidade na Saúde
Suplementar In: PINHEIRO, R.; SILVA JUNIOR, A. G., GOUVEIA, M. T. C. S. Saúde
suplementar: regulação e jurisdição In: Direito Sanitário Contemporâneo. 1 ed. São Paulo
: Campus Jurídico - ELSEVIER Editora LTDA, 2012, v.1, p.224-252.

SILVA JUNIOR, A.G.; ALVES, C. A.; NUNES, L M A O; ALVES, M. G. M.; LIMA, R. H. P.
Tecnologias de gestão do cuidado em saúde: refletindo conceitos e usos
contemporâneos. In: Maria Socorro de Araújo Dias; Mirna Albuquerque Frota
(Organizadoras). Promoção da saúde na integralidade do cuidado.1 ed. Campinas :
Saberes Editora, 2016, v.1, 478p. p.250-274. ISBN - 978-85-62844-67-6.

TEIXEIRA, Aloísio – Mercado e Imperfeições de Mercado: O Caso de Assistência
Suplementar, do Caderno de Saúde Suplementar n.o 2, junho 2001. Disponível
em http://www.ans.gov.br/portal/upload/forum_saude/objeto_regulacao/AA4.pdf,
acesso em 2 de abril de 2017.